

IV CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO:

Desafios Contemporâneos das
Sociedades Ibero-Americanas

De 23 a 27 de agosto de 2021

EVENTO ONLINE

ANAIIS DO EVENTO

Realização



PROACAD
Pró-Reitoria
Acadêmica

Apoiadores



fapesp



Comissão Organizadora

Profª Dra. Giani Rabelo	Presidenta da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves	Vice-presidente da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Me. Marcelo Feldhaus	Diretor de Ensino de Graduação Representante da Pró-Reitoria Acadêmica Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Birgit Harter-Marques	Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Carlos Renato Carola	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Aurélia Regina de Souza Honorato	Coordenadora do Curso de Artes Visuais Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Me. Bruno Dandolini Colombo	Curso de Educação Física Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Cibebe Beirith Figueiredo Freitas	Coordenadora Adjunta do curso de Letras Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Jeferson Luis Azeredo	Comissão de Divulgação Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Lucene Cândido Magnus	Representante discente do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Vanessa Marcos Medeiros	Representante do Conselho Editorial Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Rafaela Ribeiro Pereira	Representante da Diretoria de Ensino de Graduação Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Comissão Científica

Profª Dra. Giani Rabelo	Presidenta da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves	Vice-presidente da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Birgit Harter-Marques	Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Graziela Fátima Giacomazzo	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Antonio Fernando Silveira Guerra	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
Profª. Dra. Maria Teresa Santos Cunha	Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Prof. Dr. José Antonio Mateo	Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) Universidad Nacional de Entre Ríos - UNER (Argentina)
Profª. Dra. Ana Paula Vosne Martins	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Profª. Dra. Silvia Maria de Favero Arend	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Profª. Dra. Amalia Morales Villena	Universidad de Granada - Espanha
Profª. Dra. Maria Stephanou	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Profª. Dra. Denise Balarine Cavalheiro Leite	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Profª. Dra. Ana Sabrina Mora	Universidad Nacional La Plata - UNLP (CONICET) - Argentina
Profa. Dra. Patrícia Ferraz de Matos	Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Miguel Anxo Santos Rego	Universidade de Santiago de Compostela - Espanha
Prof. Dr. Agustín Escolano Benito	Centro Internacional de la Cultura Escolar (CEINCE) - Espanha
Prof. Dr. Alex Sander da Silva	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Christian Muleka Mwewa	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
Prof. Dr. António Gomes Ferreira	Universidade de Coimbra - Portugal
Profª Dra. Patricia Paola Ames Ramello	Pontificia Universidad Católica del Perú - Peru
Profª Dra. Maria Luiza Rico Gómez	Instituto Universitario de Estudios Sociales da América Latina Universidade de Alicante - Espanha
Profª Dra. Maria João Mogarro	Instituto de Educação Universidade de Lisboa - Portugal

Grupos de Trabalho

Giani Rabelo e Ismael Gonçalves Alves

Finanças

Amalhene Baesso Reddig, Aurélia Regina de Souza Honorato e Maxuel Sander Flor

Cultura

Birgit Harter Marques e Matheus Zimmermann

Monitoria

Caroline Bortot, Jeferson Luis de Azeredo e Lucas Damásio

Comunicação e Divulgação

Lucene Cândido Magnus e Rafaela Ribeiro Pereira

Secretaria Geral

Leila Laís Gonçalves, Paulo Martins e Wender Firmino

Tecnologia

Carlos Renato Carola e Cibele Beirith Figueiredo Freitas

Apresentações de Pôsteres

Secretaria

Rafaela Ribeiro Pereira

Secretária da Diretoria de Ensino de Graduação
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

Diagramação

Victor Burato

Designer

Realização



PROACAD
Pró-Reitoria
Acadêmica

Apoiadores



GT54

**Internacionalização da
Educação Superior**

SUMÁRIO

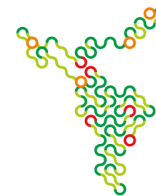
CLIQUE E SEJA DIRECIONADA/O PARA O TRABALHO

**7 AS COMPLEXIDADES DA INTERNACIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ÂMBITO DO
MERCOSUL**

Bianca Petermann Stoeckl
Paula Daniela Fernández

**18 O PROBLEMA DA REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS
UNIVERSITÁRIOS NO MERCÓSUL: UMA ANÁLISE A
PARTIR DA TEORIA CRÍTICA**

Paula Daniela Fernández
Fernando Gabriel Romero



AS COMPLEXIDADES DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ÂMBITO DO MERCOSUL*

Bianca Petermann Stoeckl¹
Paula Daniela Fernández²

Resumo: O artigo faz uma reflexão das iniciativas do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) no campo da educação superior, com o objetivo de revisar as políticas regionais engajadas pelo bloco, identificando as complexidades para promover a agenda ao longo dos seus 30 anos de existência. Para isso, seguimos os conceitos de regionalismo e da perspectiva de integração educacional no nível setorial, ou seja, voltada para políticas relacionadas à acreditação, controle qualidade do ensino, reconhecimento de diplomas, entre outros.

Palavras-chave: Internacionalização da educação superior. Integração educativa. MERCOSUL

The complexities of the internationalization of higher education within Mercosur

Astract: The article reflects on the initiatives of the MERCOSUR in the field of higher education, with the objective of reviewing the regional policies engaged by the bloc, identifying the complexities to promote the agenda over its 30 years of existence. For this, we follow the concepts of regionalism and the perspective of educational integration at the sectoral level, that is, focused on policies related to accreditation, quality control of teaching, recognition of diplomas, among others.

Keywords: Internationalization of higher education. Educational integration. MERCOSUL

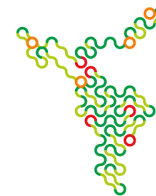
Introdução

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) institui-se desde o início como um bloco econômico no qual a educação é tida como ferramenta para fortalecer o processo de integração regional, apresentando-se, assim, como espaço social latino-americano.

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), membro do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre Capitais Transnacionais, Estado, classes dominantes e conflitividade na América Latina e Caribe (GIEPTALC). Foz do Iguaçu, Brasil

² Docente e pesquisadora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e do Colectivo de Estudios e Investigaciones Sociales (CEISO). Foz do Iguaçu, Brasil.

* Nosso escrito faz parte das pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto “Integración educativa en el MERCOSUR: el caso de la revalidación y el reconocimiento de títulos universitarios” (PIC 1699-2018) vinculado ao *Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Capitais Transnacionais, Estados, classes dominantes e conflitividade na América Latina e Caribe* (GIEPTALC). Ademais, tem o apoio do Edital “Agenda tríplice” (UNILA PRPPG 137/2018).



As disposições do Mercosul para a educação objetivam a melhoria dos fatores de produção, para modernização dos Estados-membros e para afirmação da identidade latino-americana (TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1991).

Disso decorre a institucionalização do Setor Educativo do Mercosul (SEM) que surge no contexto da crescente mercantilização da educação (FERNÁNDEZ, 2019) e que se materializa como uma agência de internacionalização das políticas educacionais para a região com vistas a promover a mobilidade, o intercâmbio e a formação da identidade regional (MERCOSUL SOCIAL, 2007).

Nossa análise busca traçar um panorama das políticas e iniciativas de integração regional capitaneadas por projetos educacionais, em uma perspectiva da internacionalização setorial (KNIGHT, 2003), isto é, delimitando às políticas regionais e às relações com sistemas de acreditação, controle de qualidade do ensino e reconhecimento de títulos, identificando as complexidades para promover a agenda ao longo dos 30 anos de criação do Mercosul.

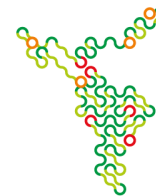
Para isso, recorre-se aos conceitos de regionalismo e à compreensão da ideia de internacionalização universitária priorizada no Mercosul e as motivações da inclusão e das ações para educação superior na agenda do bloco econômico, analisando êxitos, fracassos e desafios. O estudo tem base na análise documental no âmbito do SEM (atas, acordos, planos de ação) e em autores que tratam da associação da integração regional à internacionalização da educação superior no Mercosul.

A integração universitária no Mercosul

A integração regional é um processo histórico e em construção permanente na qual atores (públicos e privados) em diferentes níveis (do local ao transnacional) compartilham a ideia de uma região, de um projeto político e de uma forma para encaminhá-los (PERROTTA, 2016, p. 13). Complementarmente, integração educacional está relacionada com o processo de internacionalização e regionalização da educação que visa a união dos povos e a criação de espaços regionais de ensino e pesquisa. (ALMEIDA, 2015)

Os processos de integração dependem dos interesses de seus membros e, consequentemente, dos momentos políticos e econômicos em que estão inseridos. A partir dos anos de 1990, a integração é fundamentada no conceito do regionalismo aberto³, postulado pela corrente neoliberal, sendo uma

³ A própria Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe introduz e define o conceito de regionalismo aberto na América Latina: “... el proceso de creciente interdependencia económica a nivel regional, impulsado tanto por acuerdos



estratégia econômica e de inserção política internacional que passa a fazer parte da nova forma de funcionamento dos governos (MARIANO, 2015). Expressando um dos mais intensos projetos de integração regional da América Latina, o Mercosul, criado em 1991 pelo Tratado de Assunção, se materializa como projeto de integração de alcance sub-regional que se desenvolveu como união aduaneira e que passou por várias etapas ao longo de sua história (FERNÁNDEZ, 2019). O Mercosul é, portanto, uma iniciativa fortemente associada ao conceito de regionalismo aberto, ou seja, crescimento econômico e abertura comercial regional dos membros, contudo, passou por muitas mudanças em seus 30 anos de existência, particularmente em relação às agendas não tradicionais.

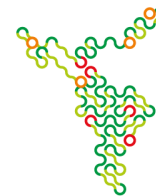
O Tratado de Assunção prevê em seu Art. 1º a livre circulação de mercadorias, serviços e fatores produtivos, premissa para inclusão de outras agendas como a sócio-laboral e de educação, entendendo que para o desenvolvimento pleno é necessário melhorar as condições de vida de seus habitantes, minimizar assimetrias e assimetrias entre os países membro e, por outro lado, firmar as identidades latino-americanas e se alicerçar em princípios de bem estar social, cooperação e solidariedade para o desenvolvimento da região (Mercosul, 1991). Conforme aponta Fernández (2019), em referência às pesquisas de Batista e Perrota (2018):

el Tratado de Asunción contenía una serie de ideas para alcanzar una integración profunda, lo cual, frente a otras característica hacen del Mercosur una especie de híbrido que le ha permitido tener cierta versatilidad frente a Geopolítica y nuevos actores de la integración latinoamericana, los cambios políticos y económicos en la región y sobrevivir a ellos (FERNÁNDEZ, 2019; p.265)

Oito meses após a celebração do tratado, é criado o Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), espaço no qual foram criadas regras e estímulos para que a internacionalização da educação se processe dentro de um espaço regional específico com o objetivo de gerar um lugar diferenciado para o tratamento específico da questão educacional no âmbito da integração regional (ALMEIDA, 2015).

Perrota (2018) analisa que os primeiros 10 anos o SEM teve um papel periférico, mas foi importante na construção de políticas regionais com a formação de laços de confiança e de reconhecimento dos sistemas nacionais de educação para ações futuras. Nessa primeira fase, a

preferenciales de integración, como por otras políticas en un contexto de creciente apertura y desreglamentación, con el objeto de aumentar la competitividad de los países de la región y de constituir, en la medida de los posible, un cimiento para una economía internacional más abierta y transparente” (CEPAL, 1994, p. 8).



educação acompanhou os interesses do bloco, que conforme Fernández (2019) [el Mercosur] en *sus primeros 10 años en el contexto del regionalismo abierto, periodo en el cual se impulsaba la integración, pero bajo paradigmas neoliberales* (FERNÁNDEZ, 2019, p. 271).

A outra do bloco é marcada pela ascensão de governos progressistas na região, a partir de 2003, com um viés desenvolvimentista de cunho neoliberal expressado pelo interesse da integração produtiva, mas ampliado também para o desenvolvimento social (DA SILVA GUEVARA, 2019). Nessa fase, há um maior comprometimento com o SEM e participação dos governos no desenvolvimento das políticas regionais para a educação superior já que estas formam uma agenda positiva de integração solidária⁴.

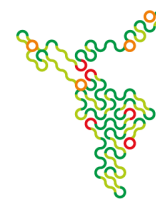
A partir dessas mudanças observa-se uma tensão nas orientações do bloco entre o modelo solidário e o competitivo de integração e internacionalização da educação, ocasionada tanto pela estruturação do tratado de Assunção como das mudanças nas orientações políticas e econômicas como vimos anteriormente. Sobre isso, Abba (2018, p. 75) descreve o fenômeno com base em vários autores: Um voltada para a lógica mercantilista, que se manifesta a partir da globalização no contexto do estado Neoliberal, na qual a educação superior sofre forte influência dos organismos internacionais como OCDE, Banco Mundial, OMC. A outra perspectiva é a da internacionalização com foco na cooperação (em especial a sul-sul), na integração regional, a solidariedade como base para o intercâmbio entre os países.

As complexidades da internacionalização universitária no Mercosul

Pode-se falar sobre a internacionalização da educação superior no âmbito do MERCOSUL a partir da agenda educativa, iniciada em 1991 com o Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), pautada na ideia da elevação dos níveis de educação como fator essencial para “fortalecer o processo de integração e alcançar a prosperidade, o progresso e o bem-estar com justiça social dos habitantes da região” (Decisão Nº. 07/1991/CMC⁵). Para Bertolleti (2017, p. 182), a educação superior pode ser

⁴ A solidariedade explicitada como um dos princípios orientadores do Plano de Ação de 2006-2010

⁵ Conselho do Mercado Comum quando da criação da Reunião de Ministros da Educação (RME)



considerada como uma ferramenta estratégica para efetivação da integração econômica ao mesmo tempo que pode ser considerada como um campo a ser integrado como parte desse processo.

A Decisão Nº 15/01/CMC estabeleceu três eixos prioritários a serem desenvolvidos pelo Setor Educacional do MERCOSUL que são objeto das ações promovidas pelo setor até os dias de hoje: a acreditação regional de carreiras universitárias, a mobilidade acadêmica e a cooperação interinstitucional.

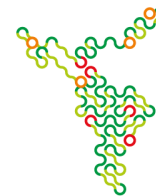
O reconhecimento/acreditação prevê mecanismos de homologação de títulos e diplomas para estimular a mobilidade regional (de acadêmicos e profissionais diplomados) e garantir a qualidade e comparabilidade dos sistemas de educação dos parceiros. Atualmente, está em funcionamento o sistema de Acreditação Regional dos Cursos Superiores dos Estados do MERCOSUL e Estados Associados – ARCU-SUL, que será detalhado adiante.

A cooperação interinstitucional visa promover programas colaborativos e compartilhados de graduação e pós-graduação, programas de pesquisas conjuntas, criação de redes de excelência e trabalho conjunto com os outros níveis educacionais, em matéria de formação docente. A mobilidade inclui o intercâmbio docente, estudantil, e de técnicos, a estruturação de sistemas de transferência de créditos e o fomento de programas de cooperação entre universidades e associações de ensino da região (ANDRÉS, 2010).

A mobilidade acadêmica é um dos pontos fundamentais (e mais visíveis) da internacionalização da educação superior. Suas determinantes envolvem as motivações de diversos atores (acadêmicos, cidadãos, instituições, governos, organismos multilaterais, blocos econômicos) campo educativo, económico, político-cultural e linguístico.

O SEM desenvolve suas ações para a educação, por meio de planos estratégicos de ação (trienais e quinquenais) que informam as orientações e resultados esperados, além de avaliar os projetos concluídos ou em andamento. Ao longo 30 anos, apesar dos diferentes projetos de integração, as ações do SEM apontam favorecer os anseios de uma integração econômica favorecida pelo Mercosul, que visa a formação de uma identidade regional e a qualificação da mão de obra regional para garantir a inserção competitiva do bloco (BESHARA, 2008)

As políticas para a educação superior são construídas na busca da autonomia regional e nos interesses do bloco para inserção internacional, porém, na prática, carecem de efetividade e de eficiência por parte dos Estados, e que transita entre o modelo liberal competitivo e o modelo solidário



(PERROTTA, 2016), consequência dos objetivos do Tratado de Assunção, a sua institucionalização e às mudanças ocorridas com a ascensão de lideranças progressistas na região.

Políticas educacionais

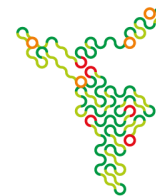
Observa-se que a política do SEM para internacionalização universitária na região é pautada na avaliação da qualidade da educação que por sua vez relaciona a acreditação com o reconhecimento de diplomas. A mobilidade acadêmica e profissional é dependente desse processo.

A partir de um Mecanismo Experimental de Acreditação para o Reconhecimento de Títulos de Grau Universitário nos Países Membros do MERCOSUL (MEXA), em aprovado em 2002, inicia-se a política regional de acreditação de qualidade para um conjunto de carreiras universitárias que, em 2008, consolida-se quando foi aprovado o Acordo sobre a Criação e a Implementação de um Sistema de Credenciamento de Cursos de Graduação para o Reconhecimento Regional da Qualidade Acadêmica dos Respectivos Diplomas no MERCOSUL e Estados Associados - o ARCU-SUL⁶, com a ambição do estabelecimento de um selo MERCOSUL de qualidade acadêmica com vistas a um modelo regional de reconhecimento de títulos e diplomas dos cursos participantes do processo. Os objetivos são a validação dos títulos de graduação no âmbito do MERCOSUL, melhorar a qualidade da educação e favorecer a mobilidade de profissionais qualificados. Os cursos que participam do sistema de acreditação são Agronomia, Arquitetura, Enfermagem, Engenharia, Medicina e Odontologia. O mecanismo respeita as legislações nacionais e a adesão voluntária por parte das instituições de educação superior que é feito por meio de convocatórias periódicas (MERCOSUL EDUCATIVO, s.d.).

Tais instrumentos podem contribuir para a mobilidade acadêmica e profissional, bem como na qualidade da Educação Superior, além do desenvolvimento científico, humano e tecnológico, mas também traz dúvidas sobre o conceito de qualidade em razão da imposição de padrões hegemônicos impostos internacionalmente pondo em xeque a autonomia universitária.

Até o momento, o ARCU-SUL contempla poucos cursos (apenas os que exigem registro em colegiados profissionais) e poucas universidades, já que é um processo custoso e que põe em jogo a

⁶ Cfr. Decisão do Grupo do Mercado Comum Nº 17/08.



sua sustentabilidade. Além disso, a acreditação de títulos universitários não garante o exercício profissional. O reconhecimento da qualidade acadêmica pelo ARCU-SUL não faz o reconhecimento⁷ automático de diplomas e não outorga o direito ao exercício da profissão nos demais países já que depende de outros colegiados e associações profissionais de cada país. Dados do INEP⁸ de 2019 informam que passaram pelo processo de acreditação 354 cursos no total, sendo 90 deles no Brasil.

Tal política foi precursora do Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (MARCA), implementado pelo Setor Educacional do Mercosul em 2004 e do Acordo de Reconhecimento de Títulos de Licenciatura em Ensino Superior no MERCOSUL, em 2018, que permitirá aos egressos de cursos acreditados pelo ARCU-SUL exercer a profissão em outro país sem precisar cumprir créditos/disciplinas ou outras obrigações acadêmicas adicionais. Ainda assim, não dispensa um trâmite simplificado de reconhecimento.

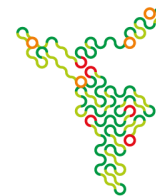
A implementação da política de acreditação necessita das estruturas nacionais de acreditação e de universidades para sua operacionalização. Portanto, as regras podem variar em cada um dos países que elaboram estratégias regionais de acordo com as políticas locais. Da mesma forma ocorre com as práticas para reconhecimento de diplomas no Mercosul, as quais Fernández (2021) critica a burocracia ineficiente dos procedimentos adotados pelos órgãos e instituições e a dissimetria entre os países membros de critérios e até de nomenclaturas que tornam o processo moroso e caro, apesar dos acordos regionais. Sobre isso

Si bien los acuerdos MERCOSUR son relevantes, en la práctica cada país del bloque tiene su normativa la cual debe ser seguida si se quiere reconocer un diploma obtenido en el exterior. Así, cada país tiene su propia legislación y cada universidad define algunos criterios propios (FERNÁNDEZ, 2021, p. 60).

A mobilidade e o reconhecimento de títulos são relevantes não apenas para a educação, mas para a agenda social do Mercosul. Em 2012, para ampliar essa atividade e articular os diferentes programas já existentes foi criado o Sistema Integrado de Mobilidade (SIMERCOSUL) foi uma parceria entre o “Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL”

⁷ Sugestão de leitura complementar “Reconocimiento de diplomas y extensión universitaria en la UNILA: el caso del ‘Núcleo de orientación sobre revalidación y reconocimiento de diplomas de enseñanza media y enseñanza superior’” (Fernández Hellmund et. al. 2021).

⁸ Mais informações em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/novo-portal-do-arcu-sul-tem-documentos-e-informacoes-sobre-acreditacao-de-cursos-no-ambito-do-mercosul/21206



(Decisão CMC Nº 64/10), os objetivos do “Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS)” (Decisão CMC Nº 12/11), e os objetivos estratégicos do “Plano de Ação do Setor Educacional do MERCOSUL (SEM)” (Decisão CMC Nº 20/11). O SIMERCOSUL, todavia, não foi efetivado e aguarda a consolidação de seu plano de ação.

Outro acordo firmado com vistas a fortalecer a internacionalização no bloco foi a Decisão Nº 21/06/CMC que previu a gratuidade de visto para estudantes e docentes dos Estados parte do MERCOSUL quando solicitarem residência temporária em algum país do bloco para fins educacionais. No Brasil, o acordo foi promulgado apenas em fevereiro de 2020 (DOU, 2020).

Sobre as estratégias traçadas pelos planos plurianuais, o último documento disponível⁹ na página do Mercosul Educacional refere-se ao período de 2016-2020 e traz como objetivo estratégico a integração regional e mobilidade acadêmica, a fim de “fortalecer a mobilidade regional dos estudantes, professores, pesquisadores, gestores e profissionais para promover a integração regional entre os sistemas educativos dos Estados membros e Estados Associados do MERCOSUL”. O plano fez projeções de expansão para o Sistema ARCU-SUL que anunciaram sua aplicação em escala subcontinental. Os resultados do quinquênio de 2016-2020 ainda não foram publicados.

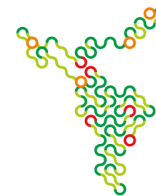
Considerações finais

O que torna a agenda da educação superior tão complexa é que ela é um tema transversal a outras agendas como a diplomática, a social, a econômica, entre outras, o que acaba envolvendo diversos atores com forte influência na produção de políticas. A ausência de uma instância supranacional com competência legislativa deixa que acordos e decisões sejam implantados a critério de cada país e, nesse sentido, a agenda educativa continua sendo mais nacional do que regional.

Nesses termos, as diferentes orientações políticas ao longo dos anos são de suma importância para a efetividade dos planos de ação e dos programas estabelecidos como política regional educacional.

Exemplo disso é quando, em 2019, Jair Bolsonaro assumiu a presidência do Brasil e ressituiu o MERCOSUL como espaço exclusivamente comercial (SANAHUJA, 2019). No mesmo ano, o

⁹ Consulta realizada em 24/06/2021.



então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou a saída do SEM, passando a tratar dos assuntos relacionados à educação apenas de maneira bilateral¹⁰.

Passados quase 30 anos da criação do bloco, muitas questões permanecem latentes no processo de integração regional. Observa-se que seu processo de integração está sujeito à conjuntura política e aos interesses governamentais presentes em determinado período, assim como sofre a influência das assimetrias e relações de domínio apresentadas entre os países da própria organização. Da mesma forma, as orientações políticas internas e externas (especialmente ditado pelo Brasil, como “sócio majoritário”) têm influência nas discussões de temas “secundários” às questões comerciais do bloco, onde a internacionalização da educação é marcada por modelo neoliberal competitivo, com ações mais isoladas, de caráter institucional e comercial, e com grande influência de organismos laterais, ou por um modelo de cooperação solidária que volta suas ações para políticas regionais.

Referências Bibliográficas

ABBA, María Julieta. **Límites y potencialidades para el desarrollo de una internacionalización de la educación superior necesaria**: estudio de caso de La UNILA (Brasil) y La ELAM (Cuba). Tese. São Leopoldo, 2018.

BERTOLLETTI, V. A. **A educação superior como estratégia de integração regional: o caso Unila**. (Tese Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, 2017

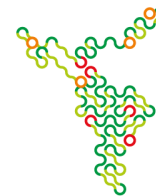
BESHARA, G. **Educação e Política Externa: a experiência brasileira no Mercosul Educacional**. 2008

CEPAL. **Económica para América Latina y el Caribe. El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe**. En CEPAL. La integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad. 1994

DA SILVA GUEVARA, G. **Brasil y el interés geopolítico en la Alianza del Pacífico**. En M. Ardila y E. Vieira Posada (Eds.), *Geopolítica y nuevos actores de la integración latinoamericana* (pp. 157-171). Bogotá: Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia, 2019

FERNÁNDEZ, P. D. **Agendas sociales de la integración: el caso de la integración educativa en el Mercosur**. En M. Ardila y E. Vieira Posada (Eds.), *Geopolítica y nuevos actores de la integración latinoamericana* (pp. 265-288). Bogotá: Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia, 2019.

¹⁰ Mais informações em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/acordo-gratuidade/33381-noticias/notas-oficiais/83131-educacao-brasileira-saira-do-mercosul>



FERNÁNDEZ HELLMUND et. al. **Reconocimiento de diplomas y extensión universitaria en la UNILA: el caso del “Núcleo de orientación sobre revalidación y reconocimiento de diplomas de enseñanza media y enseñanza superior”**. Em P. Fernández Hellmund (Comp.). Educación e integración regional: experiencias sudamericanas GIEPTALC/Ediciones del CEISO. 2021

FERNÁNDEZ, P. D. **Integración educativa en el MERCOSUR: Normativa y experiencias**. Revista Interdisciplinaria De Estudios Sociales, (22), 37–65. Disponível em: <https://ceiso.com.ar/ries/index.php/ojs/article/view/65>. 2021

KNIGHT, J. (2004). **An internationalization remodeled: definition, approaches and rationales**. Journal of Studies in Higher Education. Standford, 8 (1), 5-31.

MARIANO, K. L. P. **Regionalismo na América do Sul: um novo esquema de análise e a experiência do Mercosul**. São Paulo: Editora UNESP/ Cultura Acadêmica, 2015

MERCOSUL. **Tratado de Assunção**. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/40-normativa/tratados-e-protocolos/117-tratado-de-assuncao>.

MERCOSUL EDUCACIONAL. **Plano 2016-2020**. Disponível em: <http://edu.mercosur.int/pt-BR/>

MERCOSUL. **Decisão do Grupo do Mercado Comum N° 17/08**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/dec_017_conae.pdf.

MERCOSUL. **Decisão do Grupo do Mercado Comum N° 15/01**. Disponível em: <http://edu.mercosur.int/pt-BR/>.

MERCOSUL. **Decisão do Grupo do Mercado Comum N° 21/06**. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/decisions/dec2106p.pdf>

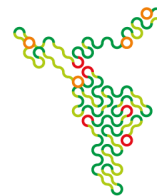
MERCOSUL. **Decisão do Grupo do Mercado Comum N° 64/10**. Disponível em: http://www.cartillaciudadania.mercosur.int/oldAssets/uploads/DEC_064-2010_PT_Estatuto%20Cidadania.pdf

MERCOSUL. **Decisão do Grupo do Mercado Comum N° 12/11**. Disponível em: <http://gd.mercosur.int/SAM/GestDoc/pubweb.nsf/Normativa?ReadForm&lang=ESP&id=7F590F6C0C348AE0032578C0004B4C5C>

MOROSINI, M. C. **Internacionalização da educação superior: um modelo em construção?** En D. Ristoff, P. Sevegnani (Org). Modelos Institucionais de Educação Superior. (pp. 93-118). INEP, 2006.

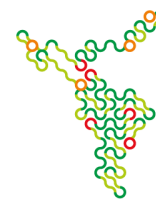
PERROTTA, D. **La internacionalización de la universidad: debates globales, acciones regionales**. Universidad Nacional de General Sarmiento/ Instituto de Estudios y Capacitación-IEC-CONADU, 2016

SANAHUJA, J. A. **La crisis de la integración y el regionalismo en América Latina: giro liberal-conservador y contestación normativa**. En M. Mesa (Coord). Ascenso del nacionalismo y el



autoritarismo en el sistema internacional (pp. 107-126). Ciudad Universitaria Cantoblanco: Fundación Cultura de Paz, 2019.

SILVEIRA, Z. **Mercosul educacional e reforma da educação superior no Brasil**. Revista Latinoamericana de educación comparada, 6 (8), (pp. 107-122). Buenos Aires: SAECE, 2015



O PROBLEMA DA REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS UNIVERSITÁRIOS NO MERCOSUL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA

Paula Daniela Fernández¹
Fernando Gabriel Romero²

Resumo: Neste artigo, propomos estudar o problema da revalidação de diplomas universitários nos países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Para isso, analisaremos os mecanismos existentes de reconhecimento e revalidação de diplomas universitários dentro do bloco, bem como o Sistema de Acreditação Regional de Cursos Universitários (ARCU-SUL), entidade encarregada de executar a avaliação e acreditação dos cursos universitários. Da mesma forma, pesquisaremos sobre a dimensão subjetiva do fenômeno a partir de fontes orais coletadas nos países do bloco como entrevistas com funcionários públicos relacionados à legalização de diplomas universitários e profissionais que revalidaram ou devem revalidar seus títulos. Nossa abordagem será realizada, em termos teóricos, a partir da Teoria Crítica e dos conceitos de racionalidade formal e racionalidade substantiva, a fim de pesquisar os mecanismos burocráticos da revalidação dos diplomas e as subjetividades dos atores. Da mesma forma, inserimos o fenômeno da revalidação e reconhecimento dos diplomas universitários no contexto do avanço do neoliberalismo e do regionalismo aberto.

Palavras-chave: Educação. Revalidação de diplomas. MERCOSUL. Teoria Crítica. Subjetividades

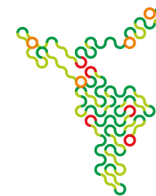
The problem of the higher education degree recognition in the Southern Common Market (MERCOSUR): an analysis from critical theory

Astract: In this article, we propose to study the problem of the higher education degree recognition in the countries of the Southern Common Market (MERCOSUL for its Portuguese acronym). For that, we will analyze the existing mechanisms for the recognition of higher education degrees within the block, as well as the Regional Accreditation System for University Courses (ARCU-SUL for its Portuguese acronym), the entity in charge of carrying out the evaluation and accreditation of university courses. Likewise, we will investigate the subjective dimension of the phenomenon from oral sources collected in the block's countries such as interviews with public officials related to the legalization of university degrees and professionals that have recognized or should recognized their higher degrees. Our approach will be carried out, in theoretical terms, from the Critical Theory and the concepts of formal rationality and substantive rationality, in order to research the bureaucratic mechanisms of the higher degree recognition and the subjectivities of the actors. Likewise, we insert the phenomenon of the higher education degree recognition in the context of the advance of neoliberalism and open regionalism.

Keywords: Education. Higher education degree recognition. MERCOSUR. Critical Theory. Subjectivities

¹ Docente e pesquisadora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, Brasil.

² Docente e pesquisador da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, Brasil.



Introdução³

O reconhecimento⁴ de diplomas obtidos no exterior não constitui um fenômeno novo e se remonta, pelo menos, ao século XIX e à constituição dos Estados Nacionais (Biasco, 2001). Porém, observa-se que desde a década de 1970, em diversos organismos internacionais se está discutindo temas de educação superior e reconhecimento de diplomas universitários, como por exemplo na Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência, Cultura (UNESCO). Assim, em 1976 foi aprovado, sob o âmbito desta organização, o Convenção Internacional de Reconhecimento de Estudos, Diplomas e Graus de Ensino Superior nos Estados árabes e nos Estados Europeos ribeirinhos do Mediterrâneo. Mais recentemente foi aprovada a Convenção de Lisboa sobre qualificações relativas à região europeia (1997) e a União Europeia criou o Processo de Bologna (1999) e o Espaço de Educação Europeia (2010).

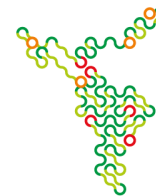
Igualmente, em 2019, representantes de 23 países de América Latina e o Caribe reuniram-se na Conferência Internacional de Estados para realizar “la revisión final y aprobación unánime del nuevo Convenio para el Reconocimiento de Estudios, Títulos y Diplomas de Educación Superior en América Latina y el Caribe” (Iesalc/Unesco).

Do mesmo modo, desde a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (1991-atual), este bloco também não ficou para trás em questões relacionadas com o ensino superior e aprovou vários acordos sobre reconhecimento de diplomas. Contudo, cada país do MERCOSUL tem seus próprios procedimentos de reconhecimento.

Baseados no anterior, propomos estudar o reconhecimento de diplomas universitários nos países do MERCOSUL que assinaram o Tratado de Assunção em 1991. Para isso, analisaremos os mecanismos de reconhecimento de diplomas universitários existentes dentro do bloco, bem como o

³ Nosso escrito faz parte das pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto “Integración educativa en el MERCOSUR: el caso de la revalidación y el reconocimiento de títulos universitarios” (PIC 1699-2018) vinculado ao *Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Capitais Transnacionais, Estados, classes dominantes e conflitividade na América Latina e Caribe* (GIEPTALC). Ademais, tem o apoio do Edital “Agenda tríple” (UNILA PRPPG 137/2018). Agradecemos à UNILA pela oportunidade, aos e as colegas que colaboram ou tem colaborado com o projeto de pesquisa e às pessoas entrevistadas.

⁴ O reconhecimento de diplomas é um tipo de procedimento que busca que diplomas e estudos estrangeiros possuam a mesma validade que os nacionais (Abadie, s.d). Porém, nos países do MERCOSUL, cada nação outorga um nome diferente a este tipo de trâmite (revalidar, reconhecer, homologar, convalidar), porque cada Estado estabelece mecanismos distintos e delega em determinadas instituições (por exemplo, ministérios, universidades, entre outros) a potestade de reconhecer os diplomas.



Sistema de Acreditação Regional de Cursos Universitários (ARCU-SUL). Da mesma forma, examinaremos a dimensão subjetiva do fenômeno a partir de fontes orais coletadas nos países do MERCOSUL como entrevistas com funcionários públicos relacionados à legalização de diplomas universitários e profissionais que reconheceram ou devem reconhecer seus títulos. Nossa abordagem será realizada, em termos teóricos, a partir da Teoria Crítica e dos conceitos de racionalidade formal e racionalidade substantiva, a fim de pesquisar os mecanismos burocráticos do reconhecimento de diplomas.

Educação e burocracia

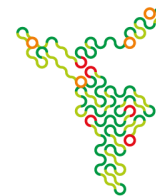
O tema do reconhecimento adquire maior relevância e publicidade na década de 1990, em pleno apogeu do capitalismo neoliberal e do denominado regionalismo aberto⁵. Assim, citávamos na introdução, os acordos na Europa, mas também dentro do MERCOSUL, onde foram assinados vários acordos sobre assuntos educacionais ao longo de sua existência.

A incorporação da agenda educativa nas organizações internacionais também está relacionada com a dinâmica capitalista porque as instituições de educação superior procuram se adaptar às demandas do mercado (Siebiger, 2018; Hizume y Barreyro, 2018).

Ora, se falar de capitalismo, educação e procedimentos, não podemos nos esquecer do papel da burocracia. O término burocracia não nasce com Max Weber (2005), mas “parece haber sido utilizado para referirse a un fenómeno que venía adquiriendo creciente importancia en la sociedad francesa del siglo XVII: el surgimiento de un nuevo grupo de funcionarios para los cuales la tarea de gobernar se había convertido un fin en sí mismo” (Oszlak, 1979, p. 214).

Porém, Weber refletiu e teorizou sobre isso, considerando à administração burocrática como a forma típica da sociedade moderna e sua dominação se fundamenta em um saber especializado que lhe outorga um caráter racional. Esta trespassa todos os campos da vida, o Estado, o mundo acadêmico, o âmbito privado, gerando preocupação porque não podemos fugir desta “jaula de ferro”.

⁵ Durante este período impulsionaram-se projetos de integração sob paradigmas neoliberais.



A problematização e preocupação sobre a racionalidade também é retomada pela Teoria Crítica. Assim, notamos que pensadores como Max Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse refletem sobre a razão e a racionalidade, fazendo uma crítica à racionalidade instrumental.⁶

Esta preocupação enquadra-se dentro de uma complexa análise que Adorno e Horkheimer (1970) realizam em *Dialéctica del iluminismo*. Nessa obra, eles explicam que quando a Ilustração se institucionalizou e se impôs como ideologia hegemônica, se transformou em um instrumento ao serviço do sistema dominante; não se encontrava mais ao serviço da liberação e realização humanas, impondo-se a razão instrumental a todos os campos da vida.

A racionalidade instrumental, além de dilacerar a liberdade e a capacidade de realização humanas, reifica os sujeitos. Esta lógica reificadora é visível na gestão e administração pública e privada (Morán Fierro, 2015) e nas normativas jurídicas em que se baseiam e que contribuem a manter o *status quo*, estendendo seu poder sobre sujeitos socialmente subalternizados.

Reconhecimento de diplomas universitários no MERCOSUL

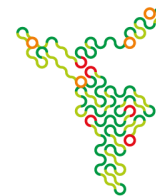
O Setor Educativo do Mercosul (SEM) nasceu em dezembro de 1991 e, até 2011, se organizou em três áreas de trabalho –ensino básico, técnico e superior– incorporando uma quarta sobre formação docente. Deste modo, e apesar das oscilações do MERCOSUL e as mudanças nos governos da região, a questão educativa tem estado sempre na agenda do bloco, assim como o problema do reconhecimento de diplomas.

Igualmente, em 2008 foi criado o Sistema de ARCU-SUL depois de um acordo entre os ministros de educação de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile⁷, sendo homologado pelo Conselho do Mercado Comum do Mercosul através da Decisão CMC Nº 17/08 (ARCU-SUL).

O sistema ARCU-SUL é importante porque é a entidade responsável pela avaliação e acreditação dos cursos universitários dentro do bloco, embora só contemple cursos profissionais como Medicina, Odontologia, Enfermagem, Veterinária, Engenharia e Arquitetura. Por meio deste sistema os Estados signatários “reconocen mutuamente la calidad académica de los títulos o diplomas de

⁶ O conceito de racionalidade instrumental aproxima-se à noção de racionalidade formal de Weber. Definimos a racionalidade instrumental como uma adequação dos meios para atingir uma meta importante para aqueles que estão no poder. Ela caracteriza-se por ser tecnocrática e serve a quem segura o poder (Muñoz, s.f, Ritzer, 1993).

⁷ Atualmente os países que constituem o Sistema ARCU-SUL são: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Venezuela e Colômbia.



grado otorgados por Instituciones Universitarias, cuyas carreras hayan sido acreditadas conforme a este Sistema” (ARCU-SUL). A acreditação tem um prazo de duração que é estabelecido por meio de um documento emitido pelas Agências Nacionais de cada país.

Contudo, que o curso esteja acreditado não significa que o diploma será reconhecido ou revalidado automaticamente nos países assinantes do acordo, ou que outorgue aos portadores de um diploma de um curso acreditado o direito ao exercício profissional. Deste modo, os interessados em reconhecer seu diploma deverão seguir os procedimentos estabelecidos em cada país. A respeito, mostraremos uma tabela para visualizar e sintetizar algumas características sobre o trâmite de reconhecimento em cada Estado fundador do MERCOSUL:

Tabela 1: Reconhecimento de diplomas nos países do MERCOSUL

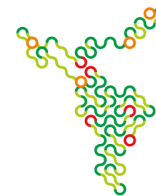
	PROCEDIMENTO	TIPO DE DIPLOMA	INSTITUIÇÃO QUE VIABILIZA O TRÂMITE	USO DE PLATAFORMAS DIGITAIS	TARIFAS	TRADUÇÃO*
ARGENTINA	CONVALIDAÇÃO (só com 11 países) REVALIDAÇÃO	GRADUAÇÃO	MINISTERIO DE EDUCACIÓN UNIVERSIDADES PÚBLICAS	SIM NÃO	NÃO SIM	SIM
BRASIL	REVALIDAÇÃO RECONHECIMENTO	GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO	UNIVERSIDADES PÚBLICAS (universidades particulares só podem reconhecer diplomas de pós-graduação)	SIM (Plataforma Carolina Bori)	SIM	NÃO
PARAGUAI	HOMOLOGAÇÃO RECONHECIMENTO	GRADUAÇÃO GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO	MEC CONES	NÃO	SIM	NÃO
URUGUAI	REVALIDAÇÃO RECONHECIMENTO	GRADUAÇÃO	UDELAR UTEC	NÃO	NÃO	SIM (NÃO NA UTEC)

Fonte: elaboração própria a partir de documentos das instituições acima mencionadas.

*Referimo-nos às traduções do português ao espanhol e vice-versa.

Esta tabela permite observar que em todos os países se deve reconhecer o diploma de graduação, que cada nação entende de forma diferente cada processo, ou utiliza termos dessemelhantes para se referir a trâmites próximos (convalidação, reconhecimento, homologação).

Além disso, países como Brasil e Paraguai reconhecem os diplomas de pós-graduação, enquanto isso não seria relevante para Argentina e Uruguai porque seria o diploma de graduação que permite o exercício profissional. Igualmente, estes países solicitam a tradução dos documentos que



não estejam em língua espanhola –exceto a *Universidad Tecnológica* (UTEC)-, enquanto o Paraguai reconhece a língua portuguesa e o Brasil as línguas espanhola e inglesa.

Igualmente, as universidades públicas intervêm no processo de reconhecimento. Porém, na Argentina realiza-se a convalidação mediante o *Ministerio de Educación* e com aqueles países que tem convenio com este país sul-americano, enquanto no Paraguai o trâmite de homologação se inicia via *Ministerio de Educación y Cultura* (MEC), e o trâmite de reconhecimento via *Consejo Nacional de Educación Superior* (CONES). Já o Brasil permite que universidades públicas e particulares reconheçam diplomas de pós-graduação, enquanto Uruguai realiza este trâmite via *Universidad de la República* (UDELAR) ou via UTEC.

A seguir, abordaremos alguns casos específicos de reconhecimento a partir das experiencias dos sujeitos.

Experiencias de reconocimiento

Argentina

Revalidar ou convalidar na Argentina não é uma tarefa simples. Embora as universidades seguem uma normativa similar em vários aspectos, cada instituição tem alguns critérios próprios e o processo pode demorar mais ou menos tempo ou ter tarifas diferentes. Por exemplo, em uma universidade da Argentina, o processo pode demorar muito tempo porque os interessados costumam ter que realizar algumas disciplinas a mais. Em relação com isso, três funcionárias da faculdade nos explicaram que após passar o pedido de revalidação por várias instancias chega à faculdade onde:

Patricia: Es recibido por la directora, coordinación académica y ¿a dónde pasa? Ahora pasa a la evaluación de cómo, la instancia que debe acreditar para ser convalidado su título o revalidado, en este caso revalidado y va a consejo directivo.

Entrevistador: Va al departamento donde los profesores evalúan, una junta....

Carla: Claro, depende de cada carrera y ahí determinan que materias tiene que aprobar [...].

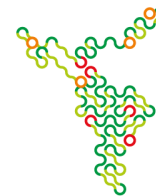
Patricia: [...]. Bueno, se le informa, sale, pasa por comisión de enseñanza que determina las materias, el departamento no resuelve, sino que aconseja, tales y cuales materias....

Andrea: El departamento recomienda, la comisión aconseja y el consejo decide.

Carla: Y después hacemos la resolución.

(...)

Andrea: Cuando el alumno cumple con todos los datos solicitados, vuelve a nosotros, hacemos otra resolución, que dice, que cumplió con todos los requisitos y sí que se puede revalidar el



título y de ahí lo mandamos a la universidad, va a consejo y consejo dice “ahí se revalida” y va a [la universidad].⁸

A partir deste testemunho percebemos que o tramite é muito longo, não só pelo processo burocrático, mas também porque a pessoa interessada terá que realizar disciplinas da graduação.

Sobre a designação das disciplinas que devem ser realizadas pelos interessados, Patricia diz que:

Patricia: No le niegan a nadie [la convalidación o revalidación], pero a veces son críticas con respecto al título, la universidad, qué universidad es, si tiene reconocimiento académico, entonces alguien viene con un título que piensa que le va a hacer tres materias, cinco, acá lo miran en profundidad y se dan cuenta que está muy vacío y le dan poco más para hacer la carrera, porque ha pasado.⁹

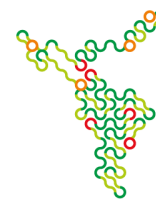
Ou seja, que são as comissões internas de cada faculdade e cada curso que determinam quais disciplinas devem realizar os candidatos para revalidar seus diplomas. A respeito, coletamos o relato de Roberto, graduado em história, e nos contou que seu caso demorou muito e que lhe foram atribuídas três disciplinas de história argentina para obter a revalidação como graduado, e duas disciplinas de didática para revalidar seu diploma de professor.

Além do processo burocrático, vemos nos testemunhos algum zelo corporativo; o processo deve cair nas mãos de docentes de área que determinam se concedem ou não a revalidação, e quantas disciplinas deve realizar o interessado. Este tipo de problemas não faz parte de uma instituição só e acontece em outras universidades (Notas de campo, 2019).

Lidar com as arbitrariedades e a burocracia do sistema não é exclusivo para quem revalidou na Argentina, mas também para quem se formou lá e agora deve revalidar fora do país. Por exemplo, Ignacio, docente com um diploma de Mestre obtido nessa nação, esteve muitos meses aguardando que a instituição emitisse seu histórico. Segundo ele, diante várias reclamações, a universidade respondia que não podia emitir esse documento e era enviado a diferentes dependências da instituição. Depois de uma longa espera, e com a ajuda de amigos para acompanhar o processo, o interessado conseguiu que a instituição realizasse o procedimento e certificasse o histórico via *Ministerio de*

⁸ Entrevista concedida por Andrea, Carla e Patricia [mar. 2019]. Entrevistador: Fernando Romero Wimer. Buenos Aires, 2019.

⁹ Entrevista concedida por Andrea, Carla e Patricia [mar. 2019]. Entrevistador: Fernando Romero Wimer. Buenos Aires, 2019.



Educación. Isso gerou enorme tensão e preocupação em Ignacio, pois ele precisava reconhecer seu diploma por questões trabalhistas (Notas de campo, 2019).

Brasil

Revalidar os diplomas no Brasil também não é simples. Assim, Juan, professor universitário no Brasil, teve que revalidar seu diploma de graduação obtido no Chile. Seu processo de revalidação foi realizado através da Plataforma Carolina Bori, teve um custo de aproximadamente 1200 reais (US\$ 300)¹⁰ e levou um ano. Porém, o trâmite demorou seis meses a mais, prazo que estabelece o Ministério de Educação¹¹. Igualmente, Juan lidou com a universidade que emitiu seu diploma no Chile porque a Plataforma Carolina Bori solicita uma documentação que nem sempre as instituições costumam fornecer: “nominata e titulação do corpo docente responsável pela oferta das disciplinas no curso concluído no exterior, autenticada pela instituição estrangeira responsável pela diplomação” (Plataforma Carolina Bori). Deste modo, Juan contratou um advogado para solicitar essa documentação no Chile e prosseguir seu processo no Brasil. Neste exemplo, vemos que a nominata de professores pode constituir um problema, em particular, quando os profissionais têm 40 anos ou mais, muitos de seus docentes faleceram ou se encontram aposentados e estudaram em uma época na qual os sistemas não estavam informatizados e as pós-graduações não eram massivas na formação acadêmica.

Paraguai

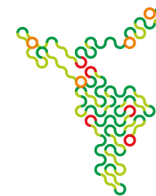
Enquanto ao Paraguai, obtivemos alguns relatos de pessoas que estudaram (graduação e pós-graduação) fora do país. Em ambos os casos, as interessadas tiveram alguns problemas burocráticos.

Assim, Cecilia, graduada em psicologia e filosofia, diz que “Desde que inicié hasta que concluyó el trámite con la obtención de mi Registro Profesional, pasaron 3 años y medio”¹². Parte do atraso estava relacionado com a perda dos documentos por parte da empresa dos correios; porém sua experiência esteve trespassada por outras peripécias:

¹⁰ A cotização é de 2019, quando Juan fez o trâmite.

¹¹ Art. 6- O pedido de revalidação/reconhecimento de diplomas de cursos superiores obtidos no exterior deverá ser admitido a qualquer data pela instituição revalidadora/reconhedora e concluído no prazo máximo de até cento e oitenta dias (Portaria Normativa Nº 22, 2016).

¹² Entrevista concedida por Cecilia [set. 2018]. Entrevistador: Alberto Brítez. Assunção, 2018.



También tuve otros problemas como oficinas que no abrían a la hora que decían, que no se podía llamar por teléfono porque nadie atendía, que no existía nadie que sabía la información requerida, o que no tenían todavía ninguna respuesta. Otros problemas incluían solicitudes al azar de fotocopias autenticadas de documentos varios aun cuando la lista de requisitos no mencionaba dichos documentos¹³.

Igualmente, percebemos outros problemas relacionados com o pagamento de tarifas e o acompanhamento dos processos. A respeito Juana diz:

El trámite toma mucho tiempo y no es muy claro el por qué de los tiempos como tampoco los pasos. Uno va aprendiendo los pasos a medida que avanza el proceso y requiere que la persona interesada esté constantemente haciendo seguimiento para poder recibir respuestas y entender el estado actual del trámite.¹⁴

Deste modo, detectamos duas questões: os prazos do processo de reconhecimento, a falta de clareza nas informações apresentadas pelas instituições e a preocupação constante do interessado que deve fazer um acompanhamento permanente para verificar o estado do trâmite.

Uruguai

Sobre o caso uruguaio, conversamos com Ana¹⁵ que nos disse que, como graduada em Saúde Coletiva¹⁶, tomou a decisão de reconhecer seu diploma na UDELAR, na área de ciências da saúde. Ela iniciou seu processo em março de 2019 e durante o acompanhamento do trâmite percebeu que o mesmo estava detido por conta da falta da tradução dos documentos apresentados em português. Deste modo, Ana acionou o setor jurídico da universidade consultado sobre o assunto e obtendo como resposta que embora não seja obrigatório traduzir, isso depende se o funcionário responsável pode ou não ler em outro idioma. Diante dessa situação, Ana não pôde continuar com o processo porque não possui recursos suficientes para traduzir todos os programas para o espanhol.

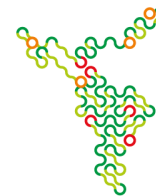
O problema da tradução foi afirmado por Gabriela, graduada em Ciência Política e Sociologia, quem tomou a decisão de não continuar com o processo de revalidação porque a instituição lhe informou que a faculdade só estava revalidando diplomas da *Universidad de Buenos Aires* (UBA). Em palavras de Gabriela:

¹³Entrevista concedida por Cecilia [set. 2018]. Entrevistador: Alberto Brítez. Assunção, 2018.

¹⁴ Entrevista concedida por Juana [set. 2018]. Entrevistador: Alberto Brítez. Assunção, 2018

¹⁵ Entrevista concedida por Ana [jul. 2019]. Entrevistadora: Paula Fernández. Montevideu, 2019.

¹⁶ Vale frisar que este curso não existe na UDELAR.



Estudié todo el tema de mi título de la reválida en Uruguay y llamé a la Facultad de Ciencias Sociales por el tema de sociología, no sé qué, y me dijeron como que la UDELAR no entra dentro, la UDELAR no acepta a la UNILA como universidad para poder hacer el trámite, solo acepta, la Facultad de Sociología, ¿no? Solo está aceptando los cursos de sociología de parte de la UBA.¹⁷

Sobre este tema, também conversamos com Mariana, que tem interesse em revalidar, mas por razões econômicas, realizará as traduções de forma lenta e por etapas para poder custeá-lo¹⁸.

O problema da tradução não é exclusivo da UDELAR, mas também é solicitado na Argentina e, dependendo do idioma, no Paraguai e no Brasil.

Estes exemplos mostram algumas dificuldades para reconhecer diplomas baseados em argumentos normativos ou legais. Assim, seja pela norma ou a legalidade um procedimento é obstruído (o caso de Ana) ou sob critérios pouco claros informam que apenas os diplomas da UBA seriam revalidados (o caso de Gabriela).

Vemos, assim, uma das formas como opera a teia da burocracia e da corporação profissional, que contribui para a manutenção do *status quo*, exercendo seu poder sobre os subalternos: em muitos casos, jovens recém-formados e profissionais estrangeiros que desejam participar de um concurso e, em última instância, trabalhar. O sujeito é transformado em um expediente.

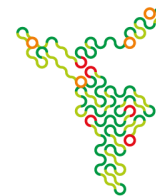
Considerações finais

Através deste trabalho podemos observar que cada país do MERCOSUL possui sua própria legislação e procedimentos de reconhecimento de diplomas e que ainda está longe de conseguir mecanismos de revalidação automática ou que simplifiquem o processo. Além disso, falta reciprocidade no reconhecimento das línguas oficiais dos países que integram o bloco. Enquanto várias universidades da Argentina e do Uruguai solicitam a tradução do português para o espanhol, o Paraguai não o faz e o Brasil aceita documentos em língua espanhola ou inglesa. Esses dados não são menores porque um grande obstáculo é o custo da tradução.

Da mesma forma, existem outros problemas como o tipo de requisitos: por exemplo, mostramos que em algumas universidades o interessado deve aprovar várias disciplinas, o que atrasa

¹⁷ Entrevista concedida por Gabriela [set. 2019. Entrevistadora: Paula Fernández. Montevideu/Foz do Iguaçu, 2019.

¹⁸ Entrevista concedida por Mariana [maio 2020]. Entrevistadora: Paula Fernández. Montevideu/Foz do Iguaçu, 2019.



ainda mais o processo de reconhecimento. Embora a realização de algumas disciplinas possa se tornar compreensível se o curso a ser reconhecido possuir outras características, muitas vezes essa exigência se baseia em parâmetros locais que nem sempre são exigidos para o reconhecimento em outros países.

Além disso, em que medida o preconceito, a arbitrariedade e o desconhecimento dos funcionários não determinam o sucesso ou o fracasso dos processos de reconhecimento? o depoimento de Ignacio que teve problemas para conseguir o histórico do curso de mestrado, o exemplo de Juan que teve que acionar um advogado para solicitar a nominata, ou as experiências de algumas jovens no Paraguai que não receberam a informação correta, que não foram atendidas pelas diferentes agências ou que tiveram que fazer o acompanhamento do processo para que seu trâmite avançasse são alguns exemplos disso.

Porém, como já podemos alertar, o aparato burocrático administrativo, sob o manto da “norma, la finalidad, el medio y la impersonalidad ‘objetiva’” (Weber, 2005, p. 752), e as normas jurídicas sobre as quais se encontra sustentado contribui para a manutenção do *status quo* e mostra seu poder sobre os subalternos: a jovem graduada que busca reconhecer para concorrer a concurso, o profissional que precisa de um reconhecimento para assumir um cargo ou por temer ser demitido, a pessoa que migrou em busca de melhores condições de vida.

Desse modo, a burocracia reproduz uma racionalidade instrumental que se caracteriza por ser tecnocrática e a serviço dos detentores do poder, desenvolvendo “actividades reguladoras y represivas que contradicen la función social aparente que legitima su existencia” (Oszlak, 1979: 215-216).

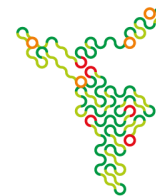
Referencias

ABADIE, P. (s.d). Reconocimiento de títulos y grados académicos de Educación Superior, en: *Informe sobre reconocimiento de títulos y grados académicos*. Disponível em: https://www.academia.edu/10246817/Reconocimiento_de_titulos_y_grados_academicos_de_Educacion_Superior (Acesso em: 1 jun. 2019)

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialéctica del Iluminismo**. 1. Ed. Buenos Aires: Editorial Sur, 1970.

ARCU-SUL. Disponível em: <http://edu.mercosur.int/arcusur/index.php/es/historia-es>. Acesso em: 1 de abr. 2020.

BIASCO, E. **Reválidas de títulos y de asignaturas y acreditación de instituciones de enseñanza superior**. 1. Ed. Montevideo: Facultad de Derecho/Udelar/Fundación de Cultura Universitaria, 2001.



BRASIL. Ministério De Educação. **Portaria Normativa Nº 22, 13 de dezembro, 2016**. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22190733/do1-2016-12-14-portaria-normativa-n-22-de-13-de-dezembro-de-2016-22190702. Acesso em: 5 jul. 2019.

FERNÁNDEZ, P. **Integración educativa en el MERCOSUR: normativa y experiencias**. *Revista Interdisciplinaria de Estudios Sociales*. Bahía Blanca, n. 22, p. 37-66, 2021.

HIZUME, G.; BARREYRO, G. A acreditação de cursos de graduação no processo de Bolonha e no Mercosul. In: BARREYRO, G.; HIZUME, G. (Org.). **Regionalismos e inter-regionalismos na educação superior. Projetos, propostas e influências entre a América Latina e a Europa**. 1. Ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2018. p.135-154.

IESALC/UNESCO. Disponível em: <https://www.iesalc.unesco.org/2019/09/05/unesco-publica-avances-de-la-convencion-mundial-sobre-el-reconocimiento-de-estudios/> Acesso em: 9 sep. 2020.

MERCOSUR. **Decisión CMC Nº 17/08**. Disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/v/5775/5/innova.front/reconocimiento-de-titulos-en-el-mercotur>. Acesso em: 1 de abr. 2020

MORAN FIERRO, E. **Una reflexión epistemológica de la formación en administración: la posibilidad de la razón sustantiva**, 2015. 265 p. Tese (Doutorado em Administração). Universidad Andina Simón Bolívar, 2015.

MUÑOZ, B. **La Escuela de Frankfurt**. Madrid: Universidad Carlos III, s.f. p. 1-22.

OSZLAK, O. Notas críticas para una teoría de la burocracia estatal. **Rev. Desarrollo Económico**. Buenos Aires, v. 19, n. 74, p. 210-250, 1979.

PLATAFORMA CAROLINA BORI. <http://carolinabori.mec.gov.br>

RITZER, G. **Teoría sociológica contemporánea**. 1. Ed. Madrid: Mac Graw, 1994.

SIEBIGER, R. A expansão do Processo de Bolonha para a América Latina e as principais evidências de sua influência nas políticas de educação superior no Brasil. In: BARREYRO, G.; HIZUME, G. (Org.). **Regionalismos e inter-regionalismos na educação superior. Projetos, propostas e influências entre a América Latina e a Europa**. 1. Ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2018. p.89-117.

WEBER, M. **Economía y Sociedad**. 2. Ed. México: FCE, 2005.